

EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS NA REGIÃO NORDESTE A PARTIR DOS ANOS 2000: UM OLHAR PARA OS PEQUENOS E MÉDIOS MUNICÍPIOS.

PROF^a.DRA. MONICA APARECIDA TOME PEREIRA

Estatística-Demógrafa, Colegiado de Psicologia, UNIVASF, Petrolina/PE,
monica.tome@univasf.edu.br

LUCIVANDO COSTA BARROS

Estudante do Curso de Psicologia, Bolsista FACEPE, UNIVASF, Petrolina-PE,
vandobarrossepe@gmail.com

RESUMO

O aumento da oferta de vagas no Ensino Superior, na Região Nordeste foi bastante expressivo ao longo tempo. Contudo, a partir do ano de 2000, com a criação da primeira universidade federal, a Universidade Federal do Vale do São Francisco, em 2020 - após várias décadas da última (1967) criada, inicia-se uma nova era com a implantação de campus universitários em municípios de pequeno e médio porte, em regiões distantes das litoranêneas. Tais fatores estimulam a lançarmos os olhares para locais poucos relacionados com a dinâmica imposta de um campus de uma universidade federal. Nesta perspectiva, este trabalho traz um ensaio para este locus, a partir de diferentes base de dados oficiais.

Palavras-chave: Universidade federal; Expansão do ensino superior, Região Nordeste; Pequenos e médios municípios; UNIVASF;

1. INTRODUÇÃO

O surgimento de novas Universidades Federais (UF) na Região Nordeste ocasionou a intensificação do processo de democratização do ensino superior (Arruda, 2010). Essa expansão do ensino superior reverbera em estudos de áreas distintas, passando pelos efeitos tanto nos indicadores municipais (Casqueiro *et al*, 2020) (Niquito *et al*, 2018) quanto educacionais (Barros, 2015), abordando o papel das UF para o desenvolvimento do país (Bizerril, 2018) e até a alteração na dinâmica urbana dos municípios com novos *campi* (Máximo, 2020) entre outros. Nessa análise, faz-se pertinente o estudo sobre esse fenômeno acerca das universidades novíssimas nordestinas tendo em vista a necessidade de correlacionar os fatores circunscritos das UF as dinâmicas sociais.

Nesse sentido, atentar-se sobre essa configuração é importante para a compreensão das questões envolvidas na conjuntura brasileira, tendo em vista, a magnitude da abrangência dos efeitos de um campus de uma UF, nos municípios pequenos e médios no interior da Região Nordeste. Ao falar sobre expansão do ensino superior, é imprescindível pontuar a importância do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e o Programa expandir (Programa de Expansão da Educação Superior Pública) nesse processo de estruturação e expansão das instituições públicas de ensino (IPS).

O Reuni está para além de um processo de apoio e incentivo as universidades com inserção de verba, refere-se a um reflexo de políticas públicas, que assim como outras tomadas nesse período, são possíveis de crítica, contudo seus efeitos são mensuráveis e estruturantes no contexto brasileiro.

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo identificar os efeitos socioeconômicos, a partir da instalação de campus de Universidades Federais (UF), nos pequenos e médios municípios no interior da Região Nordeste, no período de 2000 a 2020.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, tendo como objeto as Universidades Federais criadas a partir do ano 2000, com o recorte espacial, o interior da Região Nordeste, com campus em pequenos e médios municípios, baseada em dados secundários coletados a partir de bases oficiais.

A escala espacial escolhida é formada pelos municípios pequenos e médios no interior da Região Nordeste. Em grande medida, pelo processo de urbanização que essas localidades apresentaram, intensificadas nas últimas duas décadas e pelas as dificuldades quanto à capacidade financeira e estrutural dessas localidades, balizada pela dependência orçamentária dos recursos dos governos estaduais e federal. Estes dois elementos atrelados as alterações nas taxas de crescimento populacional destas localidades, que em parte, é acrescida pela vinda de estudantes e servidores (muitos com suas famílias) e os serviços atrelados originados pela implantação de novos cursos, inevitavelmente, acarreta em mobilidade populacional entre os municípios vizinhos ou até de outras regiões do país, a depender das especificidades dos cursos criados.

A escolha do interior da Região Nordeste baseia-se na importância em dar visibilidade as instituições públicas de ensino federal, fora das capitais e regiões litorâneas, sempre muito destacadas e receptoras de iniciativas quanto a Políticas Públicas.

O recorte temporal determinado contempla o período de 2000 até 2020, quando se trata das Universidades Federais criadas neste período que são 9, sendo 3 até 2010 – as novas e 6 até 2020 – novíssimas. A **região nordeste** possui 30% das 69 Universidades Federais do País e tem 9 das 20 (45%) das Universidades Federais com menos de 20 anos de criação (novas e novíssimas). Cabe lembrar que temos as Instituições Federais que são constituídas pelos Institutos e as Universidades Federais - o primeiro atua na educação básica e no ensino superior – e para não haver grande oscilações ou confundimento no quesito organização acadêmica, além de terem carreira docente diferentes – decidiu-se pelo recorte somente pelas Universidades Federais;

Os dados utilizados para descrever alguns efeitos da criação das universidades novas e novíssimas no interior da Região Nordeste foram coletados a partir de bases oficiais:

- E-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior; utilizando descritores tais quais as categorias administrativas, organização acadêmica e o tipo de credenciamento voltados para as IES na Região Nordeste.
- Dados Censitários – Censos Demográficos de 2000 e 2010; fez-se uso dos números da população total nos respectivos anos e sua subdivisão entre localização sendo: rural ou urbano.
- Relatórios de ingressantes da Universidade Federal do Vale do São Francisco; utilizando dados de gráficos.

3. DESENVOLVIMENTO

O número de matrículas em instituições de ensino superior mais que dobrou entre o período 2001 a 2010 (BARROS, 2015) (Tabela 1). E considerando as instituições públicas federais, estaduais e municipais há uma maior oportunidade de acesso ao ensino superior pela população brasileira (Barros, 2015) (Máximo, 2020). Com destaque para o aumento do

[...] número de cursos superiores em universidades federais, que vinha apresentando tímido aumento até o começo dos anos 2000, ganhou um salto significativo a partir de 2007, indo de 2.450 cursos de graduação em 2004 para 5.879 em 2014. Esse aumento de quase 140% em menos de uma década significou, conseqüentemente, o aumento do número de vagas. Se, em 2008, havia 643.101 estudantes matriculados, em 2014 esse número já somava 1.083.586, um crescimento de quase 70% da população universitária federal em apenas seis anos. (BRASIL, 2012, 2014, *apud* MÁXIMO, 2020, p. 4)

Dentre as Instituições Públicas, as federais apresentaram a maior expansão (Gráfico 1). Em 1991, somente na esfera federal eram 320.135 e em 19 anos são ofertadas mais de 938.000 vagas.

Contudo, mesmo não sendo o foco deste trabalho, não se pode deixar de destacar, a importância das instituições privadas, que dão conta, de grande parte da oferta de matrículas no ensino superior.

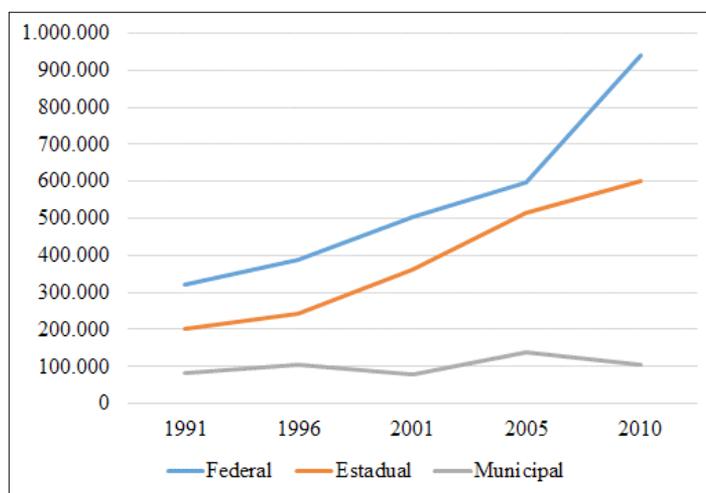
Tabela1: Distribuição do número de matrículas nos Curso de Graduação das Instituições Privadas e Públicas, e especificamente das Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, nos anos de 1991, 1996, 2001, 2005 e 2010.

Ano	Públicas e Privadas	Pública			
		Federal	Estadual	Municipal	Total
1991	1.565.056	320.135	202.315	83.286	605.736
1996	1.868.529	388.987	243.101	103.339	735.427
2001	3.036.113	504.797	360.537	79.250	944.584
2005	4.567.798	595.327	514.726	136.651	1.246.704
2010	6.379.299	938.656	601.112	103.530	1.643.298

Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior 2019; Tabela elaborada pelo Inep/DEED/Adaptado

A partir da Tabela 1, tem-se que a participação das matrículas em instituições privadas registram em 1991, 61% e vai para 74%, em 2010 (Tabela 1). Ressalta-se que as algumas políticas públicas de financiamento e oferta de bolsas para estudantes em instituições privadas (como O PROUNI – Programa Universidade Para Todos e o FIES– Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior) favoreceram fortemente, na expansão da oferta de vagas, nas instituições privadas.

Gráfico 1: Distribuição do número de matrículas nos Curso de Graduação das Instituições Instituições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, nos anos de 1991, 1996, 2001, 2005 e 2010.



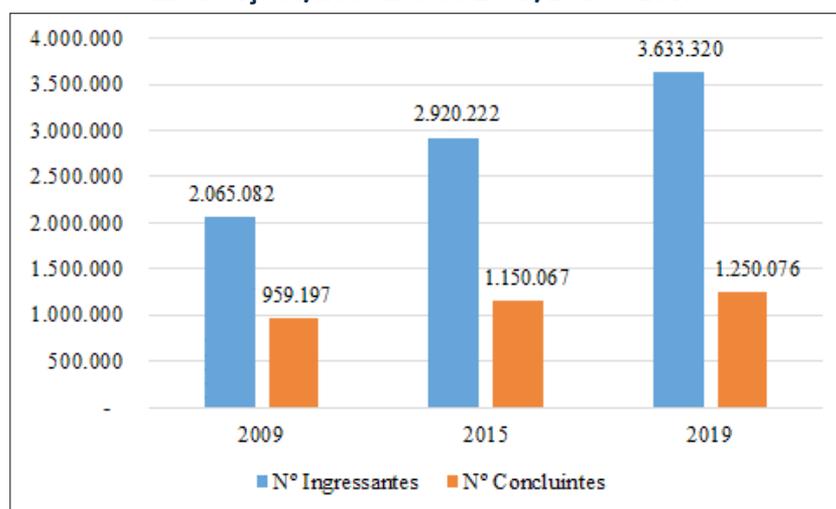
Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior 2019; Tabela elaborada pelo Inep/DEED/Adaptado

Especificamente no âmbito do Ensino Público Federal, o número de matrículas saiu de 483.050, em 2000, para 1.335.254 em 2019 (MEC, 2019), registrando um aumento de 176,4%.

Além do aumento do número de matrículas, observa-se que o quantitativo de concluintes das instituições federais é um fator de grande relevância. Não somente pela melhoria no nível educação da população, como também por todos os aportes conquistados ao longo da trajetória acadêmica que reverbera para a toda a sociedade pelas competências e habilidades que foram desenvolvidas durante a realização do curso escolhido.

Considerando o número de ingressantes (Gráfico 02), e o tempo para a formação plena dos discentes, tem-se um potencial bastante interessante, para os próximos anos quanto aos concluintes. Lembrando que os concluintes do ano avaliado, tiveram seu ingresso há, pelo menos, 4 anos. Cabe salientar, que a evasão e o descompasso acadêmico são fatores importantes que impactam negativamente no número de concluintes no ensino superior. Este é um fenômeno que não foi tratado neste trabalho.

Gráfico 2: Distribuição do número de ingressantes e concluintes, na instituições de ensino superior, públicas e privadas, nos Curso de Graduação das Instituições, nos anos de 2009, 2015 e 2019.



Fonte: Dados do Censo de Educação Superior 2019; elaborado pelos autores.

Ao analisar o número de concluintes, nas universidades federais observa-se que em 2009 houve 93.510 concluintes em Universidades Federais no Brasil, já em 2019 teve-se 149.673, (Tabela 2). O que ilustra a crescente encontrada nesse período de desenvolvimento.

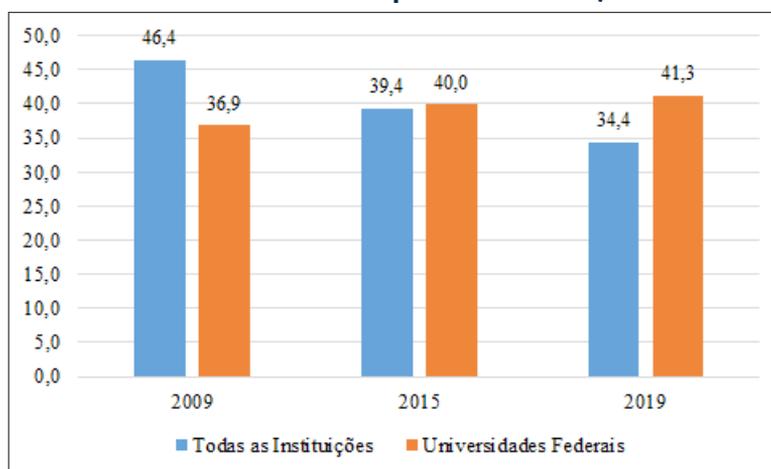
Tabela 2: Distribuição do número de ingressantes e concluintes, na instituições de ensino superior, públicas e privadas, nos Curso de Graduação das Universidades Federais (UF), nos anos de 2009, 2015 e 2019.

Ano	Nº Ingressantes UF	Nº Concluintes UF
2009	253.642	93.510
2015	336.093	134.447
2019	362.558	149.673

Fonte: Dados do Censo de Educação Superior 2019; elaborado pelos autores.

Ao avaliar a taxa de concluintes em relação aos ingressantes, observa-se (Gráfico 3) que em 2009, tem-se uma taxa de 46,4 concluintes para cada 100 ingressantes e em 2019, 34,4 concluintes para cada 100 ingressantes, considerando todas as instituições de ensino superior, já nas Universidades Federais as taxas saem de 36,9 concluintes para cada 100 ingressantes, para 41,3 concluintes para cada 100 ingressantes. Indicando que, a efetividade quanto a conclusão, diante dos ingressantes pode se apresentar mais alta que as instituições como um todo.

Gráfico 03: Taxas de razão dos concluintes e ingressantes (nº de concluintes/nº de ingressantes *100), para todas as instituições de ensino superior, e para as universidades federais no período de 2009, 2015 e 2019.



Fonte: Dados do Censo de Educação Superior 2019; elaborado pelos autores.

É pertinente pontuar que o aumento de ingressantes e concluintes, não só permitiu o acesso de um maior contingente de estudantes no ensino superior, mas a contribui para a melhoria nas atividades econômica e sociais das localidades onde as instituições de ensino superior se instalam.

Notadamente, o processo de expansão teve uma estratégia que contemplou novos municípios de 5 de 9 estados que constituem a Região Nordeste, considerando a inserção de novos *campi* e unidades educacionais em 37 municípios desses estados (Tabela 3).

Tem-se que 32% dos municípios apresentam no máximo 50 mil habitantes e 62% apresentam no máximo 100.000 habitantes, ou seja, municípios pequenos, que recebem não somente os discentes que

ingressam em curso superior, mas também, podem ampliar as atividades de serviços (imobiliários, alimentação,...).

Tabela 3: Distribuição do número de habitantes, nos municípios contemplados com *campi* das Universidades Federais criadas, a partir de 2000, na Região Nordeste.

Número de habitantes	Quantidade de municípios
10.001 a 30.000	4
30.001 a 50.000	8
50.001 a 80.000	10
80.001 a 100.000	1
100.001 a 250.000	11
250.001 a 300.000	1
Acima de 300.000	2
Total	37

Uma característica observada quanto aos municípios que receberam um campus de uma Universidade Federal, na Região Nordeste a partir de 2000, é que são municípios com grande parte de sua população localizada nas áreas rurais, aqui destaca-se Barra-BA. O município com maior número total de habitantes é Feira de Santana-BA, com mais 500 mil pessoas no último censo do IBGE (2010). Os menores municípios nesse quesito referem-se Acarape-CE e Sumé-PB com menos de 20mil habitantes.

Zambello (2013) também reúne dados que reafirmam essa expansão no período entre 2002 a 2010 na Região Nordeste. Assim de acordo com Zambello (2013, p. 263)

[...] a região Nordeste (33.587 em 2002 para 68.082 em 2010), por exemplo, teve mais do que o dobro de vagas criadas no período, enquanto que a região sudeste ficou abaixo dessa porcentagem (32.509 em 2002 para 62.235 em 2010). Percebemos então que apesar da região nordeste já apresentar vantagem em relação aos números absolutos de vagas no início do período, essa vantagem aumenta no fim do período analisado.

Os efeitos nos indicadores municipais são estudados através de análises voltadas ao contexto socioeconômico. Entretanto, é necessário pontuar que esses estudos estão enviesados numa perspectiva quantitativa, o que a priori pode significar impactos diminutos como aponta Casqueiro *et al* (2020). De maneira similar Niquito *et al* (2018) percebe

que há efeitos em curto prazo, mas sem significância na renda *per capita*. Em contraste Ferreira e Santos (2018, p.105) apontam que

A implantação de uma universidade pública em determinada comunidade implica diversos impactos econômicos no seu entorno. A força desse impacto vai depender de diversos fatores, com destaque para o tamanho da instituição de ensino, os cursos que serão oferecidos, as características econômicas de sua região de influência, dentre outros.

Nesse sentido, os autores abordam o impacto direto pelos gastos tanto de discentes quanto docentes em um município da Região Sudeste obtendo dados significativos tendo em vista o estudo sobre a ampliação do campi já existente. Sobre essa dinâmica de investimento é considerável a comparação com outros tipos de planos desenvolvimentistas. Os autores argumentam que

[...] na comparação com outros tipos de investimento, como por exemplo, em novas indústrias, a ampliação/implantação dos campi universitários tem um impacto ambiental significativamente menor, além das diversas externalidades positivas que a universidade pública gera para a economia local. (FERREIRA e SANTOS, 2018, p.106)

Nesta mesma perspectiva, Brüne e Bidarra (2015, p.556) abordam a questão de maneira similar ao concluírem que

[...] produzem efeitos econômicos imediatos, materializados no incentivo ao dinamismo das economias dos municípios de Palotina e Toledo. Ainda que os efeitos do aumento do emprego e da renda tenham potencial de espraiamento para o território do entorno, esses efeitos se mostraram mais intensos no local, por se tratar de pequenos e médios municípios, localizados em uma região interiorana.

É perceptível, portanto, que estes autores dialogam com seus enfoques. O espaço acadêmico pode ser considerado como aponta Brüne e Bidarra (2015, p.557): “[...] uma fonte de dinamismo para as economias locais e um ponto de inflexão na direção do desenvolvimento local e regional”.

Nesse panorama Barbosa *et al* (2016, p.17) situa que a

[...] expansão das universidades federais foi capaz de elevar o PIB per capita e a renda per capita sobretudo dos municípios com economia e população maiores e que receberam campus há mais tempo, o que indica que os novos campi geraram benefícios de longo prazo, possivelmente relacionados à acumulação de capital humano e ao desenvolvimento tecnológico.

Outras pesquisas foram contruídas nos últimos anos. A relação do REUNI com os indicadores socioeconómicos construída por De Paula *et al* (2020) é extremamente assertiva ao considerar que o panorama envolve diversas variáveis, sendo elas a população, ITBI, IPTU, Taxas, ISSQN, Receitas Orçamentárias, Receitas Correntes, Receitas Tributárias e Receitas de Capital. Estes concluem que

Os resultados corroboraram com Niquito et al. (2018), que constataram a melhoria na renda domiciliar per capita das famílias; redução da taxa de fecundidade; efeitos sobre a renda domiciliar per capita média, o nível de escolaridade das pessoas adultas, taxa de fecundidade total e desigualdade de renda após a instalação do campus universitário em municípios afetados pela expansão das IFES. (p.118)

Por outro olhar Oliveira (2014) discorre sobre a importância das Universidades como polo de desenvolvimento regional/local. Assim, a o autor afirma que

São as universidades, hoje, motores de um desenvolvimento e crescimento econômico em muitos casos tardio para alguns lugares distantes no território. Estamos diante de uma forma nova de gerar riquezas: o conhecimento capaz de gerar inovações. Ou seja, o desenvolvimento não é mais pautado apenas na capacidade de recursos mineiros que um território possui, mas também no seu capital humano, único capaz de gerar novos produtos inovadores, pautados na informação. (OLIVEIRA, 2014, p.11).

Outros impactos mensuráveis referem-se a nova reorganização existente nos pequenos e médios municípios que foram agremiados com *campi* de Universidades Federais. A dinâmica urbana está diretamente ligada aos processos sociais e políticos, e, nesse sentido, com a incidência de novas instituições é notadamente novos arranjos dessa logística urbanística. Máximo (2020) assegura que as construções de espaços físicos destinados ao ensino superior alteram limites, isto é, a relação socio

espacial da UF concede aos espaços públicos uma dinamização nos processos. Suas afirmativas estão associadas a fatos empíricos no processo de expansão do ensino superior no estado do Ceará.

Os fatos por ele estudados referem-se à flexibilização da legislação urbanística para suportar os campi, assim como o aumento da demanda por mobilidade urbana tanto por docentes quanto por discentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados da instituição. Somado a isso, observa-se o incremento do comércio e dos serviços que são voltados à comunidade acadêmica, porém atuam diretamente aos indivíduos fora do âmbito. Ainda vale destacar a existência da dinamização do mercado imobiliário local com construções de edifícios ou mudanças de espaços físicos para agregar os novos residentes.

Essas mudanças ocorridas nos pequenos e médios municípios são significativas e assumem papel pouco estudado na literatura da expansão das Universidades Federais. Essas modificações persistem de certa forma por estarem ligadas indiretamente à manutenção das UF, haja vista que para seu funcionamento as IES necessitam de aparato necessário não só imaterial (recursos financeiros) como também recursos humanos. Assim conforme Máximo (2020, p.15)

[...] a implantação desses complexos educacionais está associada a alterações no espaço intraurbano. Conforme visto, ocorre um relativo aumento populacional, ainda que parcialmente sazonal, resultado da atração de alunos e servidores dessas instituições de ensino, que passam a movimentar o setor de comércio e serviços com demandas específicas voltadas para as atividades institucionais ou individuais. Tal população incrementa também o mercado imobiliário local por meio da procura por terrenos em loteamentos ou por imóveis residenciais para locação. Observa-se ainda o aumento da demanda por mobilidade, seja urbana, para o acesso ao campus ou outras atividades cotidianas, seja regional, na medida em que os campi passam a atender a estudantes de municípios próximos. Há ainda, por parte desse novo público, impacto nas redes de infraestrutura e nos serviços urbanos.

Vale destacar que estes pequenos e médios municípios nordestinos estão conectados à infraestrutura rural, isto é, a configuração urbana destes municípios está intrinsecamente relacionada a aspectos tanto estruturais quanto culturais de uma matriz ruralista. Nessa análise, é perceptível que haja precarização visando aspectos desenvolvimentistas.

Nesse sentido a autora Wanderley (2001) especifica no seu estudo sobre o estado de Pernambuco, assim ela declara que

[...] apesar de significativa, a urbanização pernambucana parece frágil, ao não conseguir, a exemplo de outras regiões, disseminar em seu interior aglomerados urbanos de certo porte, que possam funcionar como pólos dinamizadores regionais. (WANDERLEY, 2001, p. 9)

Essa repercussão é nitidamente importante ao debate sobre a expansão das Universidades Federais visto que o estudo que se faz presente pontua justamente as relações que transitam diversas áreas de estudos, *a priori*, distintas, mas com a possibilidade de relacioná-las de modo que se tornam fatores de coesão do arcabouço proposto. Assim, a estrutura urbana basilar encontrada nos municípios em Pernambuco, possível de aplicação aos demais estados da Região Nordeste, abarca uma dinâmica ruralista e voltada a deslocamento para eixos de maior centralidade econômica. Essa conjuntura geral é proeminentemente de fundamentação de agricultura, que revela uma estrita ligação com domínios rurais.

Tal processo relacionado a implementação das UF coincide com os pressupostos desenvolvimentistas para reunir material humano suficiente que permita uma nova estruturação. Pode-se inferir que os novos campi em pequenos e médios municípios está atrelado a dinamiza e além disso coloca em cheque isolamento e precariedade social. Pontos esses que Wanderley (2001) coloca como necessários de superação nessa conjuntura que não difere em números absolutos dos encontrados atualmente.

O perfil dos ingressantes nas UF durante o período analisado consiste em um material pertinente a discussão. As origens étnicas socio espaciais permitem o encontro em certa medida ao campo da expansão. Senkevics e Mello (2019) contribuem nessa abordagem em sua pesquisa exploratória sobre o perfil discente das UF e como isso mudou após a Lei de Cotas criada em 2012 pela Lei N°12.711. Apesar de não ser o foco desse estudo, a Lei de Cotas permitiu acesso a diversos estudantes PPI (Pretos, pardos e indígenas) de baixa renda.

Assim, os autores fazem um levantamento sobre o perfil existente e conclui que o crescimento da participação de pessoas PPI na Região Nordeste 11% percentuais, o maior no Brasil em termos absolutos pós o ano de 2012. A inserção desses indivíduos representa um outro, que é extenso e minucioso, debate sobre desigualdade social brasileira.

Com isso, Senkevics e Mello (2019, p.12) afirmam que houve aumento da participação de todos os grupos contemplados assim como aumento de indivíduos advindos de escola pública independente cor ou raça pela Lei de Cotas. Essa constatação é ímpar ao âmbito da expansão das Universidades Federais.

Dentre as universidades federais criadas, a partir de 2000, destaca-se a Universidade Federal do Vale do São Francisco, como a primeira criada ainda em 2002, com o início das atividades acadêmicas em 2004, ela marca uma nova era de novas e novíssimas universidades federais, com grande relevância, especialmente para a Região Nordeste, sempre assistida por universidades federais localizadas, predominantemente, nas áreas litorâneas.

Na UNIVASF encontrasse uma dinâmica uma geral parecida com outras instituições, tendo seu primeiro vestibular no ano de 2004, com 11 cursos disponíveis para ingresso (Arqueologia, engenharias de produção, elétrica, agrícola, civil e mecânica; zootecnia, administração enfermagem, medicina e psicologia). Atentar-se aos estados dos inscritos é o momento inicial dessa discussão acerca da origem dos estudantes. Assim, cerca de 82% dos candidatos eram provenientes dos estados da Bahia (BA), Pernambuco (PE) e Piauí (PI). Nesse sentido, mais de 80% dos aprovados eram dos estados da BA e PE. Outros 11% eram de outros estados, exceto PI com 3%, da Região Nordeste. São números significativos ao colocar que a instituição veio a ser constituída justamente para atender os anseios desses estados. Essa representatividade reafirma os pressupostos da expansão e ampliação. Pode-se ir além nesse debate pois cerca de 48,5% dos ingressantes eram residentes do polo Petrolina -PE/ Juazeiro-BA.

Ainda vale destacar que essa política inclusiva e afirmativa na região do vale do são francisco permaneceu haja vista os dados do processo seletivo de 2016, 12 anos depois do primeiro vestibular, esse processo seletivo foi através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Os dados referentes a este ano são semelhantes aos de 2004, isso se evidencia devido que os estados da BA e PE comportam cerca 84% dos inscritos daquele ano. Em relação a Região Nordeste comportou por sua vez aproximadamente 92% dos inscritos. Somado a isso, cerca de 88% dos estudantes aprovados eram dos estados BA, PE e PI, de modo que o Nordeste foi responsável por cerca de 92% dos aprovados. Em relação a autodeclaração os dados representam avanços notáveis na inserção de jovens e adultos no ensino superior. Consoante a isso, cerca de 57% dos aprovados se

autodeclararam serem pardos e 14% pretos, assim sendo a maioria dos ingressantes daquele ano com um total de 71%.

Dessa maneira, é visível que a implementação da UNIVASF, que é uma instituição multicampi, foi um marco na região nordestina cumprindo suas demandas sociais, de modo a agregar no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA uma possibilidade de desenvolvimento regional.

Vale destacar os efeitos sob a sociedade com ações e programas desenvolvidos para as necessidades dos indivíduos da comunidade. Nessa perspectiva, por exemplo identifica-se na UNIVASF programas diversos. Entre eles destaca-se o PEV (Projeto Escola Verde) esse que tem como objetivo central

[...] promover ações no sentido de minimizar os problemas identificados, a partir da participação das comunidades escolares. Trata-se de uma Pesquisa Aplicada, do tipo Pesquisa-Ação, de caráter quali-quantitativo, que está sendo desenvolvida nas escolas de ensino fundamental, médio e superior da região do Vale do São Francisco. As atividades de pesquisa servem de embasamento e direcionamento das ações extensivas. (PROJETO, 2021)

Dessa maneira esse projeto promovido pela instituição em apoio com outros órgãos visa ações como seminários e oficinas visando a capacitação dos professores de escola pública na temática de preservação ambiental bem como desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região Nordeste agrega ao todo 20 Universidades Federais, sendo 9 destas tem sido criada a partir dos anos 2000. As federalizações se deram por processos distintos, todavia em sua maioria alavancados pelo Reuni. É necessário destacar que algumas dessas tiveram a sua constituição apoiada em *campi* de universidades já existentes como é o caso da UFAPE que foi constituída a partir dos campus da UFPE.

Esse processo de desmembramento é significativo a medida que revela uma perspectiva governamental de uma lógica própria de pouco investimento real (Camargo e Araújo, 2018). Entretanto, ainda sim foi um marco para os municípios, sobretudo para os quais não tinham nenhuma instituição. Esses receberam todo o aparato necessário para a implementação em fases, desde a construção do *campi* sede até a realização da aula magna. Situação vista na UNIVASF.

Essa matriz desenvolvimentista e integralista proposta pelo Reuni é percebida com a UNILAB. Instituição essa concebida para reunir não só aspectos do maior número de vagas em dois estados do Nordeste como também a visibilidade da internalização da cultura afro-brasileira.

A política de expansão também está presente no aumento do número de *campi*, essa especificidade *multicampi* tornar-se basilar devido a possibilidade de maior abrangência nas regiões dos municípios e integralização (Bizerril, 2020).

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Políticas da educação superior no Brasil: expansão e democratização: um debate contemporâneo. **Espaço do Currículo**, v. 3, n. 2, p. 501-510, 2011.

BARBOSA, Marcelo Ponte et al. Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais. In: **ANPECASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ECONOMIA [BRAZILIAN ASSOCIATION OF GRADUATE PROGRAMS IN ECONOMICS]**. Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 43rd Brazilian Economics Meeting]. 2016.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 361-390, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | MEC E INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP E DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | DEED. . **RESUMO TÉCNICO DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2019**. Brasília-Df, 2021. 120 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf. Acesso em: 11 set. 2021.

BRÜNE, Sabrina; BIDARRA, Zelimar Soares. Instituições de ensino superior e desenvolvimento: impactos econômicos de curto prazo de universidades federais do oeste paranaense. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 28, 2015.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes A. A expansão das universidades federais brasileiras e sua potencial contribuição ao desenvolvimento do país. In: **CONFERÊNCIA FORGES**, 8., 2018, Lisboa.

BIZERRIL, Marcelo Ximenes Aguiar. O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 13, n. 32, p. 53, 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v13i32.13456>

CAMARGO, A. M. M. DE; ARAÚJO, I. M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, p. e37659, 2 fev. 2018.

CASQUEIRO, Mayara Lima; IRFFI, Guilherme; SILVA, Cristiano da Costa da. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, p. 155-177, 2020.

DE PAULA, Camila Henriques; MARTIN, Débora Gonzaga; ABRANTES, Luiz Antonio. O IMPACTO DO REUNI NOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS BENEFICIADOS COM A EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT**, v. 14, n. 2, p. 105-124, 2020.

FERREIRA, André; SANTOS, Edson Almeida. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos campi da UFF em Volta Redonda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 1, 2018.

MÁXIMO, Rérisson. Efeitos territoriais de políticas educacionais: a recente expansão e interiorização do ensino federal em cidades não metropolitanas no Ceará. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e2019008>

NIQUITO, Thais Waideman; RIBEIRO, Felipe Garcia; PORTUGAL, Marcelo Savino. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Planejamento e políticas públicas**, n. 51, 2018.

OLIVEIRA Jr. A. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. **Caderno de Geografia** 2014; 24:1-12.

PROJETO Escola Verde. 2021. Disponível em: <https://escolaverde.org/site/>. Acesso em: 11 set. 2021.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145980>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. **Revista Nordeste: regionalismo e inserção global**, v. 1, p. 05-32, 2001.

ZAMBELLO, A. V. Universidades Federais Brasileiras e o Impacto Regional do REUNI. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 246-267, 2013. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v3i2p246-267. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/98575>. Acesso em: 15 set. 2021.